



História de Mulheres: O Movimento Orquídeas e sua inserção na luta por moradia em Manaus

Alessandra do Amaral SALES¹

Iraildes Caldas TORRES²

Resumo

A história sempre relegou às mulheres uma invisibilidade forçada, resultado de uma concepção androcêntrica do mundo. Isso porém não retirou das mulheres a possibilidade de participar da construção dos espaços públicos a partir do trato das questões da vida cotidiana, sendo as lutas urbanas sua maior representatividade, fato que contribui para transformar sua participação em um fenômeno nada recente. Diante disso este estudo visa promover a reflexão acerca da participação feminina na luta por moradia em Manaus enquanto sujeitos coletivos, onde elas apontam no cenário social não apenas como aquelas relegadas ao espaço doméstico/privado mas como protagonistas na luta política por melhores condições de habitabilidade, colocando em xeque o poder institucionalizado que secularizou o domínio de um sexo sobre o outro. Esta pesquisa assume o aporte da abordagem qualitativa sem exclusão dos aspectos quantitativos, onde o trabalho de campo é realizado com o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas. Por fim, em Manaus, as mulheres tem empunhado a bandeira do direito à cidade a partir da luta por moradia onde despontam como lideranças incontestes nos espaços de negociação e participação na construção de uma política habitacional que tenha como preocupação as demandas femininas.

Palavras-chave: Gênero; Movimento de Mulheres; Luta por Moradia;

INTRODUÇÃO

As conquistas e avanços decorrentes da luta e da organização feminista nas últimas décadas, sobretudo durante períodos significativos do século XX resultando a partir do século XX na re-construção do espaço da cidadania feminina e de seu papel na sociedade como um fato incontestes.

As mulheres organizaram-se no espaço público trazendo a tona questões, supostamente, neutras e submersas no mundo privado. Temas como a sua entrada no

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Docente da Faculdade Salesiana Dom Bosco.

² Doutora em Ciências Sociais/Antropologia. Docente da Universidade Federal do Amazonas.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



mercado de trabalho, o direito a sexualidade e a propriedade de seu próprio corpo, são postos em discussão no período dos 1960 – 1970 no Brasil, impulsionando o reconhecimento de sua condição de cidadã e sujeito de direitos.

Um salto importante nesse processo de reconhecimento do sujeito mulher foi a realização de Conferências e Convenções promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, que trouxeram para a pauta política a discussão sobre os direitos das mulheres. Torres (2005,p.57) sobre isso afirma que

A participação política da mulher teve o seu preço e exigiu coragem para enfrentar um universo assaz dominador. Adentrar um espaço cindido pelas diferenças sexuais representou um desafio para a mulher, que teve de provar cotidianamente a sua capacidade intelectual ao desempenhar ofícios e profissões no espaço público.

O fato das mulheres terem suas diferenças percebidas e alcançado a esfera pública não significa que o modelo baseado no antagonismo entre espaço público (homens) e espaço privado (mulheres) tenha sido vencido, porém representa a possibilidade de seu reconhecimento enquanto sujeito.

Não o sujeito alheio a subjetividade e as relações impostas por seu meio ambiente e pelo processo histórico, mas aquele sujeito que não se conforma com o papel que lhe foi imbutido, mas os cria e recria nas relações estabelecidas no seu cotidiano, resistindo as imposições da racionalidade pois,

[...] em toda a parte onde se revela a vontade de ser ao mesmo tempo memória e projeto, cultura e atividade, o sujeito está presente, ao passo que está ausente em toda parte onde a emoção é recalcada, o passado é ocultado, a disciplina é reforçada, tanto a da razão como a da lei.(TOURAINÉ, 1998,p.352)

Esse espírito questionador e resistente do sujeito torna-se imprescindível para os movimentos sociais que tem como força principal a incumbência de despertar esse sujeito para, organizadamente, construir a luta de forma consciente, “substituindo uma visão de sujeito histórico redutor da realidade pela emergência de um sujeito coletivo, difuso, não hierarquizado, crítico e combatente” (GONH,2004,p. 29),

estimulando a produção de novas subjetividades ou opostas aquelas impostas pela racionalidade.

Ao nos debruçarmos sobre o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO e sua atuação na luta por moradia em Manaus podemos vislumbrar a formação de sujeitos coletivos, que apresentam um papel diferente daquele imposto pela racionalidade. Um coletivo feminino que sai da pura satisfação da necessidade humana (habitação) para um papel de chefia e liderança, onde a respeitabilidade e a confiança sempre foram características conferidas aos homens.

Sua presença marcante enquanto ator combativo e propositivo na luta pela produção de um espaço urbano que contemple as diferenças econômicas, sociais e culturais da população, tem dado a possibilidade de serem percebidas e visibilizadas como sujeitos da política de moradia e como coletivo capaz de propor e gerir políticas públicas.

O início da história: violência, desapropriação de terra e falta de moradia

Para pensarmos na democratização do espaço urbano não podemos deixar de ter a compreensão de ser a moradia uma unidade central nas discussões. Esta moradia não é simplesmente o espaço de morada, é condição basilar para a satisfação das necessidades humanas. Representa o abrigo físico, de seus moradores, seu espaço de segurança, lugar de sua intimidade, da vida em família e de suas memórias.

Santos (1998, p.136) em seus estudos sobre os movimentos de moradia em Manaus ressalta que a “habitação é entendida como *habitat*, ou seja, como direito à moradia com qualidade de vida e democratização do espaço urbano, concebendo o morar como um fator de desenvolvimento humano e cidadania.”

Reconhecida como um dos direitos sociais sua importância cresce mundialmente quando, na década de 90, a ONU realiza Conferências e Fóruns Mundiais que tratam exclusivamente de questões relacionadas à moradia, infraestrutura, saneamento básico e meio ambiente. Em seu capítulo 7 a Agenda Habitat (1997, p.2) assim se posiciona:

O acesso a uma habitação sadia e segura é essencial para o bem-estar econômico, social, psicológico e físico da pessoa humana e deve ser parte fundamental das ações nacionais e internacionais

[...]. O direito à moradia é um direito humano básico, que está inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e estima que pelo menos 1 bilhão de pessoas não tem acesso a uma habitação sadia e segura.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, prevê em seu art.6º que a moradia é um direito social e, apesar de todo o aparato legal que norteia esse direito, ainda existem milhões de brasileiros sem acesso a ele. Dados da Fundação João Pinheiro apontam que em 2010 existia um *déficit* de 6 milhões e 940 mil habitações, sendo que destas 85% concentravam-se nas áreas urbanas. Concentrando maior parte da população, os centros urbanos tem na questão habitacional um dos grandes problemas a ser enfrentado. No Brasil são milhões de pessoas excluídas do acesso à moradia digna, principalmente, aquelas com renda inferior a 3 salários mínimos e, quando se soma a isso a ausência de infraestrutura e saneamento básico esses números crescem consideravelmente. Saule Jr. (1999,p.63) chama atenção para o fato de que,

A dimensão dos problemas urbanos no Brasil tem a questão habitacional como um componente essencial da atuação do Estado brasileiro, na promoção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, erradicação da pobreza, e na garantia do direito das pessoas que vivem nas cidades.

O atual quadro habitacional do país expressa de forma clara e inequívoca o fato de o Estado brasileiro ter excluído as classes subalternas do acesso à moradia, problema que ganha vulto desde o primeiro quartel do século XX. Durante muito tempo os aglomerados, as favelas, os cortiços, as invasões e os bairros periféricos existentes no ambiente urbano, foram as alternativas encontradas pela população mais vulnerável para enfrentar a exclusão a que são relegadas. Para Santos (1994, p.10),

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes as periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas resultado do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Como podemos perceber a política de habitação permaneceu relegada a uma posição subalterna em relação a outras políticas públicas durante várias décadas. Gonçalves (2000, p. 256), assinala que a “trajetória histórica das principais medidas adotadas, ao longo de diferentes conjunturas e dos distintos governos, permite-nos inferir que a questão habitacional aparece muito mais como uma questão secundária que não ocupa o lugar que merece”.

Com uma população estimada em 2.020.301 habitantes (IBGE,2010) Manaus não foge a essa realidade. Comporta um *déficit* de moradia que soma um total de 105.587 unidades, sendo que destas 105.044 estão localizadas na zona urbana e 543 na zona rural.

Manaus que, no período da *belle époque*, recebeu o codinome de Paris dos Trópicos comporta um conjunto de problemas sociais que transformam a vida em sociedade em espaços socialmente desiguais. Scherer (2009, p.132) aponta que “ao contrário, o avesso do progresso se materializa pelo desemprego, pobreza e miséria de segmentos expressivos da população vivendo em situações que, a grosso modo, se convencionou chamar de vulnerabilidade social”.

A partir de 1890, além do modelo urbanístico adotado que contribui para as desigualdades sócio -espaciais vivenciadas até os dias atuais, Manaus depara-se com dois grandes surtos de expansão urbana. O primeiro momento ocorre no período áureo da borracha com a vinda de grandes contingentes populacionais de outros Estados para trabalhar nos seringais do Amazonas e que viam na comercialização da *hevea basiliensis* a possibilidade de melhorar de vida. Nesta ordem o espaço urbano é pensado, construído e gerenciado, favorecendo alguns segmentos em detrimento de outros, revelando o avesso da cidade das fotografias e cartões postais. Oliveira (2003, p. 72) afirma que,

O espaço urbano que se produziu em Manaus no período de 1920 a 1967 não é único, pois está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Com o advento do modelo econômico Zona Franca de Manaus a partir de 1967 sob a égide do regime autocrático ocorreu um novo *boom* de modernização voltado, agora, para o processo de industrialização. Não diferente do período da borracha, Manaus sofre novamente um inchaço populacional com densidade tamanha desencadeado pela vinda da população do interior do Estado para a capital, deixando para trás suas terras de várzeas na busca por acesso à políticas públicas e às benesses da industrialização.

Esse contingente populacional passa a engrossar as fileiras dos sem direitos que vão compor o número do *déficit* habitacional no Amazonas especificamente, em Manaus, o que perdura até os dias atuais. O crescimento da riqueza não reduziu os níveis de pobreza. A desigualdade social manauense cinde a vida cotidiana dos habitantes da cidade de forma avissal determinando a existência da luta pela moradia. “O mais grave é que essas disparidades são banalizadas, as desigualdades sociais são naturalizadas. Tudo parece normal numa cidade tão desigual” (SCHERER, 2009,p.160).

O fator de expulsão/atração, determinado pelos diversos processos econômicos implantados na região, associado ao processo de mobilidade social em busca de melhores oportunidades de emprego constituíram-se nos fatores condicionantes para colocar em curso o processo de migração para a cidade e com ele o aumento da demanda por novas moradias. Bentes (2014,p.45-46) aponta que

Essa intensa dinâmica possibilitou que, em 1980, a população de Manaus saltasse para 642.492 pessoas, concentrando 44,3% dos habitantes do Estado do Amazonas. E na década de 90 a capital amazonense é elevada à posição de metrópole da Amazônia Ocidental momento em que alcançou o percentual de 48,1% do quantitativo da população do Amazonas, ou seja, 1.010.544 habitantes registrados no Censo Demográfico de 1991.

As ocupações tornaram-se a estratégia mais utilizada pelas classes subalternas manauense para suprir a necessidade de moradia, as quais inicialmente foram construídas às margens dos igarapés. Em razão do alto custo da moradia na cidade os segmentos populares que chegaram a Manaus no processo de êxodo rural foram compelidos a ocupar áreas de risco como foi o caso do leito dos igarapés e dos rios. Oliveira (2003, p. 79-80) aponta que,

Um aspecto relevante para o surgimento e a ampliação da cidade flutuante é que a água, ao contrário da terra, não se constitui propriedade privada, portanto, não é, no sentido da custos de moradia, visto que não havia a necessidade de compra moradia, mercadoria. Como tal, o surgimento de moradia sobre a água foge à lógica da produção da moradia na perspectiva do capital. Isso representa para a população um meio de diminuição dos de lotes.

A partir da década de 70 a expansão da malha urbana da cidade envereda para as zonas administrativas Leste e Norte. Nesse período grandes ocupações marcam o cenário habitacional de Manaus e são elas que originam bairros como São José, Jorge Teixeira, Zumbi dos Palmares, Coroadó, Novo Israel, Santa Etelvina, Mauzinho, dentre outros, conforme relata uma das lideranças da época:

Eu estou nessa luta desde 77. Em 1986 nós fizemos o São Sebastiao com a Irmã Helena. Eu fui lá pedir um terreno pra ela pra minha cunhada e ela gostou muito do meu trabalho e ela me chamou pra ajudar a coordenar a invasão. Esse foi um passo, ali começou nossa carreira com Irmã Helena. Nós fizemos Nova Jerusalém, depois do São Sebastião em 1986. [...] Em 1999 foi feito o Zumbi e dali começou essas histórias das invasões. Chegamos no Cidade de Deus, ai fomos fazer o Nossa Senhora de Fátima com Irmã Helena também em 1990. Em 1992 nós fomos fazer Cidade de Deus ai a gente já foi individual porque a Irmã Helena foi trabalhar com um Secretário da época [...]. Era eu, Erenilde, Santa Branca e a Júlia então nós continuamos a fazer as invasões, a gente já sabia como fazer. E fomos fazendo...fizemos Alfredo Nascimento, Aliança com Deus. (A.S., 62 anos, entrevista/2015)

Manaus acompanhava o que no âmbito nacional também se vivenciava, especialmente nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, capitais dão início à organização popular na luta por moradia no Brasil e no contexto da organização popular por moradia deve-se reconhecer a importância singular de algumas lideranças que acompanharam as ocupações nesse período. Entre elas podemos pontuar a presença marcante da Irmã Helena Augusta Walcott, religiosa da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, Ana Santana, conhecida como “Santana Preta”, líder do Movimento por Moradia Digna, que participou de aproximadamente 20 bairros na cidade de Manaus criados no processo de ocupação de terra e Ismael Oliveira, atual

líder da Cooperativa de Produtores de Assentamentos Rurais do Estado do Amazonas – COOPERAM que em virtude do processo de ocupações já esteve encarcerado por sete vezes.

E, assim o espaço urbano da cidade foi se produzindo em grande parte decorrente do processo de ocupações que ocorreram, sempre associado à carência na oferta de infraestrutura e serviços sociais para a população. Lauschnner (2013,p.20) aponta que “um dos fatores além da segregação social que determinou o processo de ocupação era a situação de extrema pobreza na qual estavam submetidas grandes parcelas da população que não tinham condições dignas para morar”.

A última divisão territorial realizada pela Prefeitura Municipal de Manaus, a capital do Amazonas possui, atualmente, com 63 bairros oficiais e vários outros que ainda não são reconhecidos oficialmente e que estão inclusos dentro do perímetro de outros bairros.

Apesar de o maior número de bairros concentrar-se na Região Sul, é nas regiões Norte e Leste que estão situados os bairros mais populosos da cidade que são os bairros da Cidade Nova e Jorge Teixeira que, de acordo com o Censo (2010), apresentam mais de 100.000 habitantes. Vale informar que essas duas regiões foram as que, desde o final do século XX e início do século XXI, mais sofreram com as ocupações desordenadas do espaço urbano. Bentes (2014, p. 119) assinala que,

A negação do direito à moradia empurra a população para a busca de alternativas precárias e desprovidas de condições adequadas para uma vida digna, distantes do centro da cidade e/ou com baixa ou nenhuma oferta de serviços urbanos essenciais[..]. Isto amplia ainda mais os contrastes entre pobreza/riqueza e aprofunda a desigualdade social existente na capital do Estado do Amazonas.

Sobre as condições de moradia nas ocupações, Francisca Leite (48 anos), liderança do Movimento Orquídeas e ex-ocupante, revela que,

A gente entrou na ocupação na madrugada pra amanhecer já na área, a gente era um grupo (eu acho!) de umas 30 pessoas, a maioria mulheres, eu acho que a gente tinha uns 10 homens. Então a gente entrou na área de madrugada e dormimos lá no relento e já amanhecemos na área. Amanhecemos medindo a

área, quando a gente começou a medir a área o povo viu que era uma ocupação e em prazo de minutos foi jogado o muro embaixo, e cada um por si, procurou o seu local e lá mesmo se assentou. Então cada um de nós pegou um local pra fazer as nossas barracas E eu desde o dia que entrei na ocupação já morei lá. A gente morava lá mesmo no relento, era com chuva, com frio (entrevista/2015).

Nas reivindicações urbanas as mulheres sempre estiveram presentes, em sua grande maioria, como sujeitos ativos e combatentes nas manifestações e nas lutas. Nas ocupações de terra são elas que desafiam o poder da propriedade e dos aparelhos institucionais, tornando-se responsáveis pela produção do barraco, pelo levantamento e manutenção da estrutura básica de sobrevivência da ocupação, e, que por isso mesmo, elas tem que enfrentar a repressão policial.

Em Manaus as mulheres sempre se fizeram presentes na luta por melhores condições salariais e de qualidade de vida. Torres (2005, p.30) lembra que

As mulheres operárias do Distrito Industrial de Manaus foram pioneiras em conquistas sociais em todo o país. Um dos exemplos foi a ampliação da licença maternidade para 90 dias antes da Constituição de 1988, que não só garantiu os três meses como ampliou o prazo para 120 dias. Aos poucos elas foram se organizando no chão de fábrica como sujeito coletivo, revelando um grande potencial de liderança e capacidade organizativa.

Deve-se reconhecer que este processo de luta e conquista do direito à moradia do direito à moradia ocorreu de forma lenta e gradual, em meio a avanços e recuos, com ameaças, prisões e até derramamento de sangue, conforme relata uma das lideranças do movimento de moradia em Manaus que teve a vida de seu filho ceifada em função da luta pela terra. Vejamos:

No Aliança com Deus quando a gente recebeu o asfalto da rua nós fizemos uma caminhada com o prefeito da época e no meio da caminhada a dona do terreno, que se dizia que era dona da terra, atacou ele dizendo que ele tinha que pagar a terra dela. O prefeito afirmou que se ela estivesse com tudo em dia do terreno ela deveria procurar a prefeitura que o pagamento seria feito, porém se não estivesse não tinha como tirar o povo de cima da terra que já estava inclusive recebendo serviços de urbanização. No outro dia o filho dela pegou uma arma e deu cinco tiros no

meu filho e matou meu filho de 19 anos. E tudo isso foi muito sofrimento pra mim (A.S., 62 anos, entrevista/2015)

O Movimento Orquídeas – MMMO, como é popularmente conhecido, é um movimento social organizado e liderado por mulheres que tem como principal bandeira de luta a garantia do direito à cidade para todos, em especial às mulheres. Atualmente o MMMO vem desenvolvendo um projeto habitacional denominado Loteamento Residencial Multifamiliar Orquídeas – módulos I, II e III, financiado com recursos do Governo Federal através do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades e que vai assegurar a moradia para 600 famílias em situação de vulnerabilidade, das quais 374 são chefiadas por mulheres.

O MMMO nasceu da firme disposição de um grupo de mulheres com histórico de militância e atuação na defesa de direitos básicos do cidadão e da cidadã na cidade de Manaus. Em meados de 2006, algumas mulheres e participantes do Comitê Social de Santa Etelvina, resolveram organizar-se para formar e enfrentar a violência contra as mulheres. Para isso buscaram maior compreensão dessa problemática junto ao GAM – Guerreiras Amazônicas em Movimento passando, pois, a se apresentar na comunidade, especialmente nas escolas, no combate à violência contra a mulher, motivo que levou a serem procuradas por mulheres que eram ou que tinham sido vítimas de violência doméstica. Vejamos o relato de uma das lideranças do MMMO:

Nós estávamos indo para as reuniões e começamos a nos apresentar nas escolas do próprio bairro e dizer que nós estávamos iniciando um trabalho em defesa da mulher que sofria violência, e algumas mulheres passaram a nos procurar nas nossas próprias casas. Nós não tínhamos sede e elas traziam o problema da violência, que tinham apanhado do companheiro, de cabeça quebrada e pediam pra nós irmos lá na comunidade, elas estavam nas invasões. A gente foi nas casas delas pra conversar com o agressor, nós estávamos iniciando ainda na formação na questão de combater a violência e defender a Lei Maria da Penha. (Cristiane Telles, 47 anos, entrevista/2014)

Ao adentrar as ocupações, local de moradia de mulheres violentadas, as lideranças do MMMO deparavam-se também com a problemática do risco de despejo,

da reintegração de posse e, em virtude de possuírem uma certa compreensão sobre os direitos, passaram também a acompanhar as mulheres e suas famílias no que diz respeito à defesa do seu espaço de moradia. A partir de então, passam a acompanhar algumas ocupações que se espraiavam no bairro Santa Etelvina, entre as quais a ocupação Deus é Fiel e a Comunidade Bom Jardim.

Logo em seguida, este grupo de mulheres foi acompanhar a ocupação Bom Jardim, também no bairro de Santa Etelvina, onde conseguiram consolidar a referida ocupação, graças ao empenho e luta desse grupo que já pensava em constituir-se formalmente denominando-se inicialmente como Movimento de Mulheres Vitória Régia.

Observe-se que a mobilização do Movimento Orquídeas teve início com a luta contra a violência doméstica como seu eixo fundante, porém, no decorrer de suas ações, as demandas por moradia foram assumindo relevância. Gonh (1991,p.40) ao tratar da prática que se estabelece nos movimento sociais assim se posiciona:

A busca de soluções e alternativas para as condições de vida cotidiana leva ao encontro de caminhos que apontam para a superação destas condições. O pensar articula-se ao fazer. E este processo não se realiza espontaneamente, mas é permeado por uma intencionalidade política, presente nos projetos que os movimentos delineam na história. [...]. O importante não é o fato de uma organização ser formal ou informal, mas saber como ela se estabelece, como se articula em relação as suas bases, qual sua direção, que sentido estabelece para o movimento.

Já em meados de 2008, esse grupo de mulheres já tinha se tornado referência no que concerne ao apoio e acompanhamento à luta pelo direito à terra, à moradia digna e na defesa da mulher vítima de violência, cujas lideranças foram chamadas a acompanhar uma ocupação que ocorria dentro do perímetro do bairro Santa Etelvina denominada Portelinha.

A ocupação Portelinha localizava-se em uma das principais vias do bairro, Av. 7 de maio, comportando 140 famílias de sem teto que sem ter onde morar ou morando em condições insalubres resolveram ocupar uma área de vazio urbano que tinha sido desapropriada pelo Governo do Estado.

Cristiane Telles, líder do Movimento Orquídeas, relata este fato da seguinte forma:

Fomos chamadas pra outra ocupação e fomos para a Portelinha que ficava também na rua Santa Etelvina, no Santa Etelvina, próximo à escola Arthur Virgílio. E lá eram 140 famílias e as terras eram desapropriadas pelo Governo do Estado e já tinham sido pagas aos proprietários, e um particular cercou e estava lá há anos a terra sem utilidade nenhuma. As famílias invadiram, mas o indivíduo, Sr. Edvar Malta, teve o apoio do Estado, mesmo a terra sendo paga a Justiça deu ganho de causa a ele e tirou os “invasores” com muita violência e como nós estávamos à frente, inclusive mulheres dessa própria ocupação como a Francisca Leite, a Estrela, a Ana Milena e tantas outras passaram a integrar essa comissão de mulheres que lutavam para conquistar esse direito à moradia, direito a terra (Entrevista/2014).

Após 06 meses ocupando aquela área as famílias e as mulheres do então Movimento Vitória Régia, foram vilipendiadas com a reintegração de posse com extrema violência policial. Muitas delas perderam os poucos móveis e utensílios que possuíam, resultado de anos de suor e trabalho, conforme relata uma ex-integrante da ocupação Portelinha:

A segunda vez veio o comunicado e a gente não recebeu esse comunicado. A pessoa que pegou esse comunicado ela não entregou pra gente. Ai quando veio eles só deram o prazo de minutos pra gente sair da área então foi muito conflito, a gente sofreu bastante, tinha spray de pimenta, perdemos quase tudo que tinha[...] roupas, documentos, foi tudo pro espaço. (Francisca Leite, 43 anos, entrevista 2015)

Quando tratamos da situação de despejos e desapropriações é comum verificarmos o uso da força policial como estratégia para a retirada das famílias. Rodrigues (2007, p.8) ressalta que

O reconhecimento do direito à moradia como direito humano incluiria o fim de despejos forçados mas que continuam a ocorrer em todos os lugares do mundo. Na Plataforma de Direitos Humanos das Nações Unidas criam-se as “Relatorias” pelo Direito Humanos à Moradia Adequada (Plataforma DHESC), com uma rede que denuncia, acompanha e procura

soluções para por fim aos despejos forçados, com o objetivo de garantir o direito à moradia.

A partir de então, esse grupo de mulheres passou a ser reconhecido como lideranças históricas na luta por moradia em Manaus entre os quais a líder Ana Ramos ou Santana Preta do Movimento Social pelo Direito a Moradia Digna - MDS, Ismael Oliveira do Movimento dos Sem Terra - MST e Júlio Ferraz do Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST, ampliando seu quadro com a entrada de algumas mulheres despejadas da ocupação.

É dentro de um cenário de segregação sócio -espacial, violência e arbitrariedades que se deu a atuação dos movimentos sociais que fazem a luta por moradia no Brasil. Essas pessoas constroem-se como sujeitos na produção do espaço urbano e na transformação sentida como necessária. Telles (1998,p. 248) considera que

Suas formas de organização e práticas associativas, a natureza dos direitos reivindicados e seus mecanismos de mobilização surgiram como características dotadas de sentido político. Pouco a pouco os movimentos populares iam construindo novos sujeitos políticos e novos espaços para fazer política, evidenciando dessa forma a constituição de novos atores sociais e políticos.

Esse novo sujeito que surge inaugura uma nova forma de olhar as práticas desenvolvidas, um sujeito que rompe com uma consciência individual para tornar-se um sujeito coletivo que segundo Sader (1988,p.55) trata-se de “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, construindo-se nessas lutas”.

É inegável que no seio dos movimentos sociais o papel da mulher é redimensionado. Elas assumem a dianteira destes movimentos com altivez e determinação colocando-se na extensão do conflito no enfrentamento para garantir a sobrevivência. A luta que se desenvolve em função de uma cidade para todos coloca em evidência o agir do sujeito feminino de forma autêntica e destemida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao nos debruçarmos sobre o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO e sua atuação na luta por moradia em Manaus percebemos que este movimento constitui-se como sujeito coletivo, jogando um papel diferente daquele sugerido pela racionalidade. Trata-se de um coletivo feminino que sai da pura reivindicação da necessidade humana (habitação) para um papel de chefia e liderança num espaço político de esfera pública em que a respeitabilidade e a confiança, sempre foram características conferidas aos homens, representando, pois, um passo à frente na medida em que ocorre o reconhecimento deste sujeito do feminino

Sua presença marcante enquanto ator combativo e propositivo na luta pela produção de um espaço urbano que contemple as classes subalternizadas da população, tem dado às mulheres condições efetivas de serem sujeitos e protagonistas da política de moradia, tornando-se um coletivo capaz de propor e gerir políticas públicas no âmbito da habitação.

REFERÊNCIAS

BENTES, Norma. **Manaus: realidade e contrastes sociais**.2ª ed. Manaus: Editora Valer; FAPEAM, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *Emponderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais*. Revista Saúde e Sociedade, v.13. nº 2, p.20-31, maio-agosto, 2004. Disponível em www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7113/8586> Acesso em 10 de dez.2014.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Habitação. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 03. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta Continuada a Distância, p. 247-259, 2000.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas> >Acesso em 29 de set.2014

LAUSCHNER, Mirella Cristina Xavier Gomes. **Gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na política pública de moradia em Manaus**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço



122 Social e Sustentabilidade na Amazônia), Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920 – 1967: **A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Valer Editora, 2003.

ONU . **Agenda Habitat**. 1997. Disponível em <<http://ajonu.org>> . Acesso em dez.2014.
RODRIGUES, Arlete Moyses. **A cidade como direito**. Trabalho apresentado ao IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Rio Grande do Sul, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. **Exclusão Social e Lutas por Moradia na cidade de Manaus**. Revista Ser Social. nº 3. p.135-161. 1998. Disponível em :<http://periodicos.unb.br/index.php/Ser_social/issue/view/14> Acesso em jan.2015.

SAULE JR, Nelson. O direito a moradia como responsabilidade do Estado brasileiro. In: SAULE JR, Nelson (Coord). **Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Editora Max Limonad; Instituto Pólis, 1999.

SCHERER, Elenise. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. **In Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo, Polis, 1998.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.